

No País das Maravilhas

19 JUN 1987

Quase cinco meses após sua instalação, a Assembléia Nacional Constituinte vem servindo mais perplexidade que esperanças à opinião pública. Foram meses notoriamente agitados — em parte, em função do quadro de crise em que vive o País; em parte, porém, em função de problemas gerados pelos próprios constituintes.

Ao invés de se partir de uma Grande Comissão que preparasse um anteprojeto básico, como sugere a melhor tradição constituinte — nacional e internacional —, optou-se pelo inverso: a instalação de um vasto número de comissões e sub-comissões, que retalharam os diversos temas constitucionais (e mesmo os rigorosamente estranhos a uma Carta Magna), para ao final, despejá-los, em forma de relatórios, no estreito funil da Comissão de Sistematização.

E para ela que, agora, se voltam às atenções da opinião pública. Cabe-lhe, nesta penúltima etapa dos trabalhos da Constituinte, desempenhar o papel de uma espécie de UTI legislativa — manejando com precisão e impiedoso rigor o bisturi do bom senso nos oito relatórios finais das comissões temáticas.

Trata-se de material recheado de demagogia, utopia e, mesmo, de rigorosas impossibilidades — como é o caso das propostas populista-trabalhistas consagradas pela Comissão da Ordem Social.

O Brasil imaginado pela maioria dos membros dessa Comissão pouco parentesco guarda com o Brasil real. Se o País, como é notório, está mergulhado na mais dramática crise econômica de sua história, nada de aumentar a produção ou estimular a ação empreendedora dos que geram empregos e riqueza. Ao contrário, a saída apontada é justamente inversa: estabilidade no emprego (que, como é óbvio, reduzirá drasticamente a oferta de emprego), jornada reduzida de 40 horas semanais, aposentadoria aos 30 anos de serviço para o homem e aos 25 para a mulher, remuneração em dobro no período de férias, etc.

Trata-se, nos termos da retórica de palanque em que está mergulhada a Constituinte, de "propostas progressistas", destinadas a combater o "capitalismo selvagem" e a "injustiça social". Só que não se combate a pobreza e a miséria com leis — muito menos com leis que geram mais pobreza e mais miséria. Combate-se gerando riqueza. Se a atual Constituição — pelo grau de intervencionismo estatal que consagra — já é um fator de inibição à pujança do capitalismo nacional, que dizer da futura, que acena com pesadas incursões mesmo nessa estreita área de ação em que está confinada a iniciativa privada no Brasil?

O "País das Maravilhas", imaginado pela maioria dos membros da Comissão da Ordem Social — circunstância que se estende a um expressivo número de membros das demais comissões — está, no entanto, bem mais próximo do "País dos Pesadelos".

Ao inibir — ou mesmo suprimir — os mecanismos da economia de mercado, os constituintes preparam o golpe de misericórdia no já de si abalado capitalismo nacional. Estabilidade no emprego soa bem aos ouvidos do trabalhador desinformado. Ele supõe que sua sobrevivência está garantida. Não está — já que esse mecanismo, na prática, inviabiliza a empresa privada. E é difícil imaginar emprego sem empregador. Como esses pormenores não costumam ser mencionados do alto, dos palanques, a proposta geralmente é aclamada. O mesmo ocorre com a redução de 48 para 40 horas da jornada semanal de trabalho: providência demagógica e, mesmo, impatriótica, num País que precisa urgentemente aumentar sua produção para sair da crise.

Quando se acena com aposentadorias precoces, produz-se euforia — se se está diante de platéias desinformadas. Mas, se se está em auditórios elementarmente informados, a pergunta é inevitável: quem paga a conta? É óbvio que é o próprio supostamente beneficiário.

Se os relatórios das oito comissões fossem acolhidos na íntegra, teríamos uma Constituição singular em todo o Planeta: mais de um milhar de artigos. E o pior: descendo a minúcias desnecessárias (como no relatório da Comissão de Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, que os considera iguais "exceto para o que diz respeito à gestação, parto e aleitamento") e deixando de lado questões essenciais.

A disposição cirúrgica do relator da Comissão de Sistematização é louvável — e tem sido aplaudida por todos que têm uma vaga noção do que seja uma Constituição e, mais ainda, a vida real. Por isso mesmo, irritou profundamente alguns constituintes de palanque. Estes prometem "vigiar" o relator — quando, a rigor, deveriam vigiar a realidade, o estado de espírito do contribuinte, a própria consciência e os manuais de Direito Constitucional.

Que dizer da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e de Garantias das Instituições, que, num momento em que as Forças Armadas procuram se afastar da atividade política e dedicar-se às suas atividades profissionais, consagra o voto aos cabos e soldados? É inevitável que, inscrito tal dispositivo na futura Carta, a politização — pior: a partidarização — das Forças Armadas se torne irreversível.

A mesma Comissão determina que a União sustentará os partidos políticos — cuja criação é livre e sem limite — em suas despesas de campanha eleitoral e em suas atividades permanentes. Para um país que busca desesperadamente reduzir o déficit público, é, sem dúvida, um caminho formidável...

Outros aderem à confusão ao prometerem "avançar" na reforma agrária na Comissão de Sistematização, pois julgam que a Constituinte está "aquém" do Estatuto da Terra. Ocorre que esse Estatuto é um diploma ordinário, que desce a detalhes que não cabem em uma Carta Magna.

E aí começa outra confusão. A esquerda "progressista" sustenta que a futura Constituição deve ser a mais detalhada possível — ao ponto de se tornar auto-aplicável. Seria esse, segundo aquela retórica, um mal menor dos países subdesenvolvidos. Uma Constituição de princípios, enxuta, como sugere a melhor tradição democrática, não estaria à altura de um país como o Brasil, segundo esse esdrúxulo raciocínio "progressista".

O senador Afonso Arinos — cuja experiência, honrabilidade e competência técnica não vêm sendo devidamente aproveitadas por seus colegas — costuma dizer que a Constituição ideal está mais próxima da síntese dos Dez Mandamentos que do detalhamento de uma lista telefônica. A imagem é perfeita — até porque, com menos artigos, erra-se e confunde-se menos.

Não se está, no entanto, mais em tempo de simples conselhos ou sugestões. É hora de agir — e a Comissão de Sistematização tem a elevada tarefa de devolver aos brasileiros a esperança em seu futuro. O país que emerge das Comissões Temáticas é um país atrasado, aprisionado pelo intervencionismo estatal e de tirânica indole cartorial.

Seguramente não é o País que sonhamos legar às futuras gerações. A menos que pretendamos continuar eternamente sendo tão-somente o "País do Futuro" — futuro que nunca chega. Ou, como diria Carlos Lacerda, "O País do amanhã — só que amanhã é feriado".